

## A TRAJETÓRIA DO “EL TERRIBLE ANARQUISTA”: JOSEPH JUBERT EM BRAGANÇA (1900-1920)

SANDRA AP. DE SOUZA<sup>1</sup>  
MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES

**RESUMO:** Nesta pesquisa, privilegamos a trajetória do professor anarquista francês Joseph Jubert, em Bragança e seguimos seus rastros até Sorocaba e Bauru, cidades do interior do estado de São Paulo. Identificamos, na singularidade de sua trajetória, ações que vieram ao encontro de potencialidades que ampliaram nosso olhar para a história da educação. Potencialidades imbricadas no movimento operário que estimularam, para além de uma visão oficial e afeita ao universo escolar, um olhar atento para as tensões e conflitos ancorados em dissonantes concepções do que era educar e percepções do que significava ser professor. Para tanto, partimos de um processo crime (1911), em que Jubert foi citado como réu em decorrência da distribuição de um Boletim da Liga Operária, denunciando as precárias condições de vida dos colonos nas fazendas de café da região, na relação com outras fontes primárias do período, que nos levaram a descobrir que ele foi preso em Sorocaba, em 1913, e nos permitiram o seguir até Bauru (1915). O recorte temporal da pesquisa se situa no período posterior à Proclamação da República (1889), até 1920. Os objetivos da pesquisa foram rastrear, cotejar e analisar possíveis concepções de educação e de professor mobilizadas nas fontes primárias pesquisadas, na relação com o modelo educacional dos grupos escolares, tomado como exemplar pelo governo republicano paulista em detrimento de outras possíveis alternativas para a educação. Problematizar e analisar como o professor Jubert e suas ações foram apresentados no decorrer do processo (1911) do Poder Judiciário à comunidade. E identificar se Joseph Jubert foi citado pelos periódicos bragantinos da época e obras de memorialistas locais, visando cotejar as possíveis referências à sua trajetória, ações em Bragança, com notícias e informações acerca dos professores que atuavam no primeiro grupo escolar da cidade, o Doutor Jorge Tibiriçá. Para atingir tais objetivos, priorizamos a análise de fontes primárias periódicas e de processos crime (1911), bem como, fizemos a revisão bibliográfica da instrução pública e também do primeiro grupo escolar de Bragança e da instrução libertária nos princípios de Ferrer, buscando aportes sobre o movimento operário e anarquista, no período, considerando as questões mais amplas da história da educação brasileira na modernidade. Esta pesquisa se justifica pela inexistência de outras que privilegiem esse tema e objetivos, até o presente momento na cidade, bem como, possibilitará um olhar mais abrangente acerca dos possíveis imbricamentos da história da educação com o movimento operário brasileiro, no período, contribuindo, também, para a construção de conhecimentos históricos sobre Bragança Paulista.

**Palavras-chave:** Educação; Professor; Bragança; Joseph Jubert; Movimento Operário

### Introdução

<sup>1</sup> \*Doutoranda em Educação, Universidade São Francisco, USF

\*\* Doutora em Educação, pela Unicamp e coordenadora do PPGSS em Educação, Universidade São Francisco

Este texto se trata de um recorte da dissertação de mestrado<sup>2</sup>, que privilegiou a trajetória do professor francês e anarquista Joseph Jubert, em Bragança<sup>3</sup>, nas primeiras décadas do século XX. Tal escolha se deu, porque identificamos ações singulares em sua trajetória, voltadas para a educação, bem como potencialidades imbricadas no movimento operário. O recorte temporal se situa num momento posterior a consolidação da República (1889), de intenso processo de imigração e de relações de trabalho assalariado matizadas por significativas manifestações e greves operárias até 1920.

Os objetivos da pesquisa foram analisar as concepções de educação e percepções de professor mobilizadas nas fontes primárias pesquisadas, na relação com o modelo educacional paulista dos grupos escolares, problematizar e analisar como o professor Joseph Jubert e suas ações foram apresentados pelo Poder Judiciário à comunidade no processo crime de 1911. Identificar se Joseph Jubert foi citado nos periódicos bragantinos da época e obras de memorialistas locais, visando, com isso, possíveis referências à sua trajetória e ações em Bragança e também comparar as notícias e informações do mesmo período acerca dos professores que atuavam no primeiro grupo escolar da cidade: o “Doutor Jorge Tibiriçá”.

Para atingirmos os objetivos da pesquisa, priorizamos a análise de periódicos e processos do judiciário, dentre os periódicos estão: o jornal *A Lanterna* (1911-1915), *A Notícia* (1905-1907), *A Voz do Trabalhador* (1908-1909, 1913-1915), *Cidade de Bragança* (1897; 1908-1910), *O Correio Paulistano* (1911-1913). Para além das fontes periódicas, priorizamos a análise de cinco documentos: o processo crime de 1911 contra Joseph Jubert graças à distribuição do Boletim; o alvará de licença crime para queixa crime de padre Leonardo Gioiele de 1911; o traslado dos autos crimes por injúrias impressas de 1911, cujo autor foi também o padre Leonardo Gioiele e o réu, Joseph Jubert; a apelação n. 5.433 de 1911 e o Inquérito policial de 1911 contra Benedicto Cardoso, do Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança, custodiados pelo Centro de Documentação e Apoio à História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco.

---

<sup>2</sup>SOUZA, S. A. “**El Terrible Anarquista**” **Joseph Jubert**: por entre rastros, memórias e histórias. 2016. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2016.

<sup>3</sup> Passou a se chamar Bragança Paulista em 1944.

### **O Processo crime de 1911 contra Joseph Jubert em Bragança**

O período privilegiado, conhecido por modernidade, passou por intensas transformações sociais e econômicas, dentre elas a consolidação das relações de trabalho assalariadas, que trouxe em seu bojo significativos conflitos, manifestações e greves operárias (BATALHA, 2000; HALL, 1989; PINHEIRO, 1978). Os processos crime foram bastante utilizados no período para conter através da força os ‘ditos agitadores das greves’, a resistência dos trabalhadores, e também silenciar o movimento operário.

Possivelmente, os motivos que levaram o professor Joseph Jubert às ações que resultaram no processo crime movido contra ele, foram às tantas injustiças sofridas pelos trabalhadores naquele período. Pois, de acordo com Hall (1989) o abuso dos fazendeiros contra os colonos era evidente, a afirmação inclusive vai ao encontro dessa publicação quando pontua que “[...] a divisão da humanidade entre ricos e pobres, [...] que] não é um fato natural sancionado por uma divindade caprichosa e arbitraria, [...] mas sim de certas [...] circunstancias nas quais a força bruta dos músculos representou o principal papel [...]” (A VOZ DO TRABALHADOR, 30/10/1909, n. 19, p. 1-2).

A questão da violência na época era fato comum e explica o desencadeamento do processo crime contra Jubert que, quando chegou a Bragança, junto a outros membros<sup>4</sup> organizou uma Liga Operária<sup>5</sup> para que colonos e operários pudessem se associar, possuindo como fins “[...] obter a diminuição das horas de trabalho e o aumento dos ordenados [...], melhoramentos Hygienicos, Técnicos e intelectuais e morais da classe’”, obter pagamento de ordenados no fim de cada mês, salário mínimo, horário máximo, etc.” (ESTATUTOS DA LIGA, PROCESSO CRIME, 1910).

Após a organização da Liga Operária, Jubert promoveu uma distribuição de boletins, denunciando as precárias condições de vida e trabalho dos colonos das fazendas de café da região, e, por consequência um grupo de fazendeiros se reuniu, foi até a residência do delegado Azevedo Marques, a onde fizeram uma denúncia contra ele. Essa ocorrência

---

<sup>4</sup> Benedito Antonio Ricci, João Buenaparte, Julio Gonçalves da Silva e Luciano Candido Ribeiro.

<sup>5</sup> Criada em assembléia realizada em 04 de setembro de 1910, conforme Estatutos de fls. 21 (PROCESSO CRIME, 1911)

desencadeou um inquérito, que continha dois motivos: a distribuição dos boletins e a acusação de incitamento à greve, conforme se observa:

*No dia 18 de dezembro, a uma hora da tarde [...] foram largamente distribuídos, nesta cidade e especialmente entre colonos e moradores dos sítios, pelo denunciado boletins escriptos em portuguez e italiano, contendo um amontoado de inverdades que procuram, illudindo aos colonos, desviál-os das fazendas desta comarca [...]. [Ainda] procura [va] suscitar de modo phantasticamente degradante e cruel a situação dos colonos neste município [...] (PROCESSO CRIME, 1910, p. 2-3).*

Diante disso Jubert e alguns membros da Liga Operária foram chamados a depor. Joseph Jubert informou ter 35 anos, ser solteiro, professor, natural da França, de nacionalidade brasileira, residente em Bragança. Complementou dizendo que a Liga Operária não tinha nenhum vínculo com o fato e que o Boletim visava aconselhar os colonos a se associarem à Liga Operária de Bragança. Jubert ao depor demonstrou familiaridade com a lei, pois dispensou a presença do advogado, alegando não ser possível confiar em um advogado, que era parente de um dos fazendeiros que o acusou e sobrinho de uma das testemunhas contrárias a ele.

O depoimento dos membros da Liga Operária possuía algo em comum, a informação de que nada tinham a ver com o ocorrido, porém a declaração de Patrocínio e Luciano nos chamou atenção, pois o primeiro alegou que: como “mero trabalhador manual, [...] não pod[ia] preocupar-se com assumptos cuja indagação sobreleva[va] a sua competência intellectual, [nem] dizer si concorda[va] ou discórdia[va] da opinião e idéas expendidas no Boletim [...]” (PROCESSO CRIME, 1911, p. 11), e o segundo se declarou analfabeto, contudo afirmou que “[...] não se pod[ia] attribuir ao aludido boletim intuitos criminosos, [...] pois, o declarante conhec[ia] bastante José Jubert, podendo afirmar que ele só quer[ia] e praticá[ria] o bem (idem, p. 12).

Patrocínio se apropriou de um discurso que era usado para discriminar o trabalhador manual e o ressignificou ao usá-lo como uma tática de defesa frente à autoridade policial, enquanto que, Luciano embora fosse analfabeto, se posicionou a favor de Jubert, ele como os outros membros da Liga Operária também se isentou da responsabilidade da distribuição do Boletim. No processo, os representantes do Judiciário trataram os colonos como sujeitos incapazes alegando que Jubert estaria os manipulando para participar da Liga Operária.

No depoimento dos acusadores<sup>6</sup> de Jubert, também identificamos uma fala em comum, a de que o Boletim não passava de uma ‘manobra fraudulenta’ que ‘iludia a boa-fé dos colonos’ e ‘despertava-lhes paixões ruins’, ‘visando desviá-los do trabalho, incitando à greve’ e ‘perturbando as atividades agrícolas e a economia da cidade’ (PROCESSO CRIME, 1911).

No entanto, quando Norberto depôs acrescentou que “[...] cerca de uma hora da tarde, achava-se o declarante no Mercado desta cidade, quando alli apareceram Benedicto Ricci e Jose Jubert, que começaram a fazer a profusa distribuição do boletim” (PROCESSO CRIME, 1911, p. 29-30). Só que esse depoimento era contraditório ao de Theophilo que afirmava ter visto, por volta das 13 horas, Joseph Jubert, Benedicto Ricci, Luciano Cândido Ribeiro e José do Patrocínio distribuindo o Boletim na rua do Comércio para transeuntes, em especial, para colonos e moradores dos sítios.

Identificamos ainda que durante o Processo, o delegado enviou um documento à Comarca de Atibaia informando que Joseph Jubert mora[va] em Bragança há mais ou menos 3 anos. Documento ao qual o delegado de polícia de Atibaia responde certificando que Joseph Jubert já tinha sido processado de acordo com o artigo 399 do *Código Penal*, em 18 de setembro de 1907. Nesse momento, Jubert é chamado de vagabundo contradizendo a nota no periódico: o *Cidade de Bragança*, em 17/02/1910, na pág. 3, onde se lia que Joseph Jubert tinha sido convocado para o alistamento eleitoral e identificado como cidadão.

Na declaração seguinte verificamos que houve greve em Bragança, essa fala é de João Francisco Salles administrador da fazenda do coronel Affonso Ferreira, alegando que no dia 4 de janeiro, diversos colonos da fazenda Boa Vista se recusaram a comparecer ao serviço, se mantendo em greve por alguns dias, sem comunicar o motivo. Acrescentou que o movimento foi chefiado pelos colonos Eduardo Camasso e Pascoal Camasso (PROCESSO CRIME, p. 31-34).

É importante enfatizar que, naquele período, não existiam leis trabalhistas que regulamentassem as condições de trabalho dos colonos. Dessa forma, as propostas da Liga Operária, se fossem consolidadas, possivelmente poderiam representar, para esses trabalhadores, um pouco de segurança.

---

<sup>6</sup> Olympio Barra, Juvenal Ferreira de Cerqueira Leite, Norberto Ferreira, Theophilo Francisco da Silva Leme, Felipe Rodrigues de Siqueira.

Desse processo, Jubert foi inocentado, embora após o caso ter passado por quatro jurisdições, em 24 de março de 1911, julgou-se que a denúncia era improcedente.

### **Joseph Jubert e a educação libertária na contra mão das propostas educacionais republicanas**

Joseph Jubert seguia a corrente de ideias propostas por Francisco Ferrer y Guardia<sup>7</sup> o fundador da Escola Moderna de Barcelona, em 1901, que inspirou a educação libertária no Brasil. A educação libertária por sua vez possuía a missão de “[...] fazer com que os meninos e as meninas que lhe [eram] confiados se [tornassem] pessoas instruídas, verdadeiras, justas e livres de qualquer preconceito” (GUARDIA, 2010, p. 7). Dessa forma, “o estudo dogmático seria substituído pelo estudo racionalizado das ciências naturais” (idem, p.7).

Segundo Ghiraldelli, ao contrário dos liberais que pretendiam, através do discurso, mostrar que a educação era o único meio de combater a criminalidade e resolver as questões sociais, “Com ideias simples, porém contundentes, os libertários atacaram os fundamentos da ideologia dominante” (1987, p. 132). Pois, a educação para eles, era uma forma de emancipar os trabalhadores da opressão e formar cidadãos críticos.

De acordo com D’Angelo, as Escolas Anarquistas, denominadas Escolas Modernas, além do princípio racionalista, propunham “[...] aulas ao ar livre, exercícios, excursões educativas, à partir do cotidiano dos alunos, priorizando a atividade e o trabalho já que este era considerado [educativo]” (2000, p. 147).

Para Moraes (et al., 2011), o ideal de educação libertária foi disseminado no Brasil, a partir do início da consolidação da República (1890) e do movimento anarquista, que inicialmente, saíram em protesto contra a “educação dominante” e, posteriormente, se organizaram com propostas educacionais teóricas e práticas a partir de uma nova geração de militantes do anarquismo no País.

Vale ainda enfatizar conforme nos aponta Toledo, sob a ótica dos anarquistas, que esses, “[...] desejavam uma transformação completa da sociedade: a solidariedade, o bem

---

<sup>7</sup> Fuzilado em 1909 pela ordem do Rei da Espanha por apresentar ideias libertárias.

estar de todos, a liberdade, o fim da violência, das religiões, da propriedade privada, [...] de todas as instituições que consideravam autoritárias e violentas” (2004, p. 42-43).

Contrariamente à ideologia libertária, na cidade existia um grupo escolar republicano, que aparecia com grande frequência no jornal local. Era o primeiro Grupo Escolar de Bragança, fundado em 1897 que deu origem a construção do imponente prédio em 1908. Após uma visita do então presidente do Estado Jorge Tibiriçá que esteve na cidade em 1905, com o propósito de inaugurar a luz elétrica e prometeu se esforçar pela construção de um novo prédio para o grupo.

A Reforma Caetano de Campos (1890), que orientou a remodelação do ensino paulista, tinha como foco o grupo escolar e o método intuitivo, no “[...] ensino seriado, classes homogêneas e reunidas num mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos [...] e monumentalidade dos edifícios, em que a Instrução Pública se faz signo do progresso...” (CARVALHO, 2000, p. 226).

Interessante é que, tanto nas propostas de Caetano de Campos, como na de Ferrer, os seus métodos ressaltam a observação, o aprendizado por meio da ação e da razão do aluno. No entanto, enfatizo a questão de Carvalho, sobre as propostas de Caetano de Campos, qual “é o cidadão que a República [tinha] o dever e o interesse de educar?” (CARVALHO, 2003, p. 30). Seria essa, também, a pergunta de Ferrer?

Se observarmos algumas notas que mencionam os membros do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá poderemos notar o trato exemplar que lhes eram dados, tal como: “Apresentamos hoje, [...] a nova colaboradora exma. Sra. D. Ernestina Marcondes, ilustrada professora do grupo escolar. É uma bela aquisição que fazemos, pois, a distinta escriptora, veio adornar a pleiade dos nossos colaboradores” (A NOTICIA, 15/11/1905, n. 8, p. 1).

Ou ainda, esta nota que se refere ao diretor: “Felicitamos ao sr. Mariano de Oliveira, a cuja competente direcção em boa hora foi confiado o grupo, pela ordem e disciplina em que o mantem [...]” (CIDADE DE BRAGANÇA, 29/10/1908, n. 1.345, p. 1). As expressões: ilustre, honrado, competente, distinto, demonstram claramente o discurso civilizatório e moralizante dos republicanos e da imprensa ao apresentar professores, diretores e ou, alunos do primeiro Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá.

Evidentemente oposto ao modo como Joseph Jubert foi apresentado à comunidade e tratado pelas autoridades, nos processos crimes e periódico local. Já que ao denunciar, as precárias condições de vida dos colonos das fazendas, ele foi contra a lógica do capital, pois as greves representariam para a elite cafeeira, a perda do tempo de trabalho (THOMPSON, 2002).

Jubert era um professor contrário àqueles professores que eram elogiados e citados pelos periódicos bragantinos, pois estava na contramão do que desejavam as elites letradas urbanas, liberais e positivistas. Segundo os autos, Jubert tinha todos os ‘atributos’ que um professor não deveria ter: vagabundo, desempregado e sem domicílio fixo.

Inclusive a notícia sobre à greve se referiu aos membros da Liga Operária, como delinquentes, conforme se lê “O dr. Delegado de polícia atendendo a representação, abriu inquérito sobre o facto, em segredo de justiça, e vai proceder com energia afim de que sejam processados os delinquentes”, (CIDADE DE BRAGANÇA, 22/12/1910, n. 1567, p. 1) Jubert, era um deles.

Embora os fatos demonstrem que em sua trajetória, Jubert elaborou os *Estatutos da Liga Operária*; manteve como objetivo organizar uma escola para os operários e seus filhos nos moldes das Escolas Modernas, sob inspiração de Ferrer; publicou artigos nos jornais *A Lanterna* (São Paulo), *O Operário* (Sorocaba), demonstrando domínio da leitura e escrita; como possuía diploma de eleitor<sup>8</sup>, foi incluído no alistamento eleitoral de 10 de fevereiro de 1910; possuía o título da Guarda Nacional republicana e foi recenseador; teve proximidade com Edgar Leuenroth, responsável pelo jornal *A Lanterna* em São Paulo; teve seu nome citado em diferentes jornais, inclusive no jornal *A Voz de Trabalhador*, no Rio de Janeiro, que foi responsável pelas dimensões que tomou o seu caso, pois ganhou dimensão nacional; foi professor de duas Escolas Modernas, uma em Sorocaba (1911-1913), e outra em Bauru (1914-1915); defendeu-se do processo crime sem contar com a presença de um advogado, demonstrando pleno conhecimento jurídico.

Nesta pesquisa, não foi possível identificar como se deu sua formação de professor, por falta de documentos, porém no processo crime de 1911, Jubert se declarou professor em três momentos distintos e possivelmente, tenha deixado um legado para a cidade, pois após ter

---

<sup>8</sup> CIDADE DE BRAGANÇA, 17/02/1910, n. 1480, p. 3.

ido embora de Bragança para Sorocaba, tomamos conhecimento da organização de outras greves na cidade.

Com a partida de Jubert, Benedicto Cardoso de Oliveira<sup>9</sup> assumiu a liderança da Liga Operária, se tornando secretário. Contra ele, foi aberto um inquérito policial, em 14 de agosto de 1911, por ter distribuído boletins e incitado à greve. No inquérito, constava o depoimento do colono Romeu Angelone sobre as greves, no qual ele dizia que, “[...] há cerca de oito dias [...], famílias de colonos da Fazenda do Tenente Felipe R. de Siqueira suspenderam os serviços da colheita do café, por [...] pretenderem aumento de salário [...] [e] tem se conservado até hoje [...] (PROCESSO-CRIME, 1911, p. 28).

Isso nos leva a presumir que o professor Jubert foi uma pessoa que educou e compartilhou experiências com homens e mulheres, com colonos e trabalhadores urbanos, com o objetivo de fortalecer os laços afetivos para que, eles lutassem por melhores condições de vida. Experiências que transcenderam os limites locais. Portanto, suas ações e ideias contribuíram para que houvesse uma postura crítica, frente às precárias condições de vida desses operários.

### **Jubert processado pelo Padre Leonardo em Bragança e sua prisão em Sorocaba**

Inicialmente acreditávamos que a pesquisa girava em torno da distribuição do Boletim em 18 de dezembro de 1910, no entanto, ao nos deparar com a notícia (A LANTERNA, 17/12/1910, n. 62, p. 2-3) de que o bispo em uma conferência fez críticas aos anarquistas, socialistas e aos livres pensadores, percebemos a existência da briga de Jubert com o padre Leonardo Gioiele na cidade.

A nota aguçou a curiosidade e nos levou a perceber uma grande trama. O padre Leonardo processou Jubert por calúnia e difamação, logo percebemos que a educação estava em disputa. Em 1904, o Centro Católico mantinha uma escola, que funcionava à noite e recebia da Câmara Municipal a subvenção anual de 300\$000 réis<sup>10</sup> (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p. 81).

---

<sup>9</sup> Esteve à frente da redação do jornal *A Comarca* em Bragança até 1912 e como Jubert, também foi nomeado para o cargo de recenseur.

<sup>10</sup> Apenas à título de comparação com esse valor, era possível comprar 1.000 kg de café (CIDADE DE BRAGANÇA, 22/12/1910, n. 1567, p. 2).

Identificamos uma nota do jornal *A Lanterna* que questionava o processo, alegando que o problema não eram as denúncias, mas o fato da igreja estar perdendo fiéis, que inclusive “o [...] Padre Leonardo não podia mover esse processo porque, de facto, [era] culpado de quanto se disse [...contra ele] (A LANTERNA, 31/12/1910, n. 64, p. 1).

O coronel Afonso Ferreira, um dos fazendeiros envolvido no processo, sobre a distribuição dos Boletins contra Jubert, foi o presidente do Centro Católico e o padre Leonardo o vice-presidente. Ou seja, juntos representavam a elite letrada da cidade e a igreja, que culminavam no poder político.

Quando o padre Leonardo criticou a livre imprensa, e o professor Jubert denunciou suas aventuras em Bragança, no jornal anticlerical *A Lanterna*. Temos um confronto de visões de mundo, valores e práticas, que ganha contornos legais, quando se materializa na forma de um registro escrito levado para os processos crimes, por injúrias cometidas por Jubert ao Padre Leonardo, em dezembro de 1910. Mas se deve atentar para o fato de que, nesse processo crime aberto contra Jubert, estavam envolvidos interesses políticos, econômicos e religiosos.

Inclusive os dois processos, ocorrem simultaneamente, no ano de 1911, contra Jubert, podendo sugerir outros conflitos de interesses que não estão registrados nos autos. Sobre o objetivo das leis, padre Manuel Bernardes, um contemporâneo daquele período, afirma que “As leis são como teias de aranha; se cáí nelas uma pedra rompe-as e fica ileza, se cáí uma mosca, fica preza e paga o seu descuido ou atrevimento. Assim os grandes zombam das leis, e os castigos de se quebrantarem fica só para os pequenos” (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/12/1913, n. 45, p. 2).

Em outra nota Jubert se refere às ameaças e às juras de morte que vinha recebendo de um membro da família Leme e ao suposto boicote dos fazendeiros à Liga Operária (LANTERNA, 21/1/1911, n. 67, p. 1). Na sequência, outra notícia (A LANTERNA, 28/1/1911, n. 68, p. 1) onde foi convidado a acompanhar os policiais até a delegacia de Bragança. Chegando lá, foi revistado por um policial. E ameaçado de violências pelo delegado, caso continuasse a falar do padre.

Jubert também afirmou a existência de “três grupos separados um do outro nos planos da perseguição, [...] todos reunidos na infamme commun de ver se podem [...] [me colocar]

numa [...] prisão [...]" (A LANTERNA, 29/4/1911, n. 84, p. 4). Possivelmente composto pelo poder público local, pelos fazendeiros e pelos membros da Igreja.

A notícia seguinte no jornal *A Lanterna*, em 1911, trazia a condenação de Jubert em razão do processo movido pelo padre Leonardo e a dificuldade da defesa na apelação, supomos que é, nesse momento, que ele tenha saído de Bragança rumo a Sorocaba.

Após Jubert deixar a cidade, identificamos a existência de outras greves na cidade conforme se lê: [...] deu-se uma greve de colonos na fazenda do Sr. Albano da Silva Leme [...] Hoje, são os colonos das fazendas do tenente-coronel Affonso Ferreira, d. Angela Dell'Anesi e d. Maria Cintra Ferreira, [...] se acham em gréve, [...] (CORREIO PAULISTANO, 15/07/1911, n. 17226, p. 5-6).

Seguindo adiante na pesquisa, exatamente como acreditávamos, Joseph Jubert se mudou para Sorocaba, possivelmente, já no final de 1911, estava dando aulas para os operários e seus filhos, em uma Escola Moderna noturna, fundada pela Liga Operária com apoio do jornal *O Operário*, em Sorocaba.

Provavelmente tenha permanecido até o ano de 1913, pois, em 1914, o identificamos como responsável por outra Escola Moderna, em Bauru. Fato que confirmou Ghiraldelli Jr. quando atestou que "Em Bauru existiu a Escola Moderna mantida pelo professor e marceneiro Joseph Jubert" (1987, p. 129).

Em 1912, Jubert também estava à frente da defesa de operários na cidade de Votorantim, questionando conforme se lê "Os operários da fabrica do Banco União podem julgar-se entre os mais infelizes. Amedrontados, curvam-se, como os escravos das épocas passadas, diante do tipo implacável e odioso desse gerente que se impõe pela força como o principio e o fim do mundo" (A LANTERNA, 16/11/1912, n. 165, p. 4).

As denúncias de Jubert sobre a exploração contra os funcionários das indústrias em Votorantim provocaram a reação de um promotor de justiça e de um bacharel em direito chamado Octavio, que o processou. Uma nota publicada no jornal *A Voz do Trabalhador*, 1º/2/1913, n. 24, p. 3, faz menção ao processo, assim como, comenta sobre a intenção de fechar a União Operária de Sorocaba, numa tentativa de acabar com o movimento operário local.

Logo após, o jornal *A Lanterna* se manifesta sobre o processo alegando que “Joseph Jubert, pondo-se sempre do lado dos operários, denunciou um facto condenável [...], enfrentando [...] com altivez um bacharelete que saiu em defesa dos exploradores. [...] o trunfo [saiu] às avessas, terminando o processo farça com a sua impronuncia. [...] (A LANTERNA, 22/2/1913, n. 179, p. 3).

Foi emitida outra nota pelo *Correio Paulistano*, na qual constava a condenação de Jubert e a obrigatoriedade de uma multa, conforme se lê: “O autor do processo[...] recorreu ao Tribunal de Justiça [...] [e] Joseph Jubert foi comdemnado a quatro mezes de prisão cellular e a multa de 450\$ grau médio do artigo 318 do Codigo Penal” (CORREIO PAULISTANO, 30/3/1913, n. 17.846, p. 3).

Dias após, o jornal publicado no Rio de Janeiro (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/4/1913, n. 29, p. 3) comentou sobre a perseguição a Jubert e questionou o operariado sorocabano sobre ao posicionamento diante do fato. Ainda afirmou que essa perseguição era obra da ‘jesuitada’ de Sorocaba, o que sugere a relação de membros da igreja com o poder público, como no caso de Bragança.

A publicação dá continuidade à já manifestada indignação sobre a falta de informação do paradeiro de Jubert e informa sobre o pedido de *habeas corpus* em nome dele “[...] De Joseph Jubert não se conseguiu saber o paradeiro. O juiz, despachando o habeas-corporis requerido em seu favor, informou achar-se ele internado na Penitenciaria [...]” (A LANTERNA, 1º/5/1913, n. 189, p. 2).

Durante a prisão de Jubert, várias notas de protesto foram publicadas sobre o caso. Tanto o jornal *A Lanterna* quanto o jornal *A Voz do Trabalhador* fizeram campanhas para que a multa imposta a Jubert fosse paga, conforme se lê: “tratou-se [...] de procurar reunir com a solidariedade de todos os companheiros a quantia necessária para pagar a multa a que foi condenado o companheiro Jubert (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/6/1913, n. 33, p. 4).

Jubert após ter passado quatro meses na prisão, *A Lanterna* relatou os maus-tratos a que foi submetido durante os seus primeiros 18 dias, pois “No fim desses 18 dias de tortura [...], Jubert estava doente, atacado de artritismo, além duma forte influenza. [...] Encerrado num cubículo estreitíssimo, proibiram-lhe de ler, de falar, de andar, e queriam levar tais

violências até á proibição da inevitável expectoração provocada pela tosse apanhada [...] (A LANTERNA, 16/8/1913, n. 204, p. 2).

A liberdade de Jubert foi motivo de comemoração pelos colegas. Após o intervalo de quase um ano sem encontrar notícias de Jubert, localizamos uma nota de 1914, que informava que ele estava em Bauru e era responsável pela Escola Moderna local “Afim de angariar fundos para a manutenção da “Escola Moderna” que mantêm e que agora está a cargo do companheiro Joseph Jubert, foi organizada uma festa que se realizará hoje e amanhã” (A LANTERNA, 2/8/1914, n. 254, p. 3).

### **Considerações Finais**

Nesta pesquisa, privilegiamos a trajetória do professor Joseph Jubert porque vimos que suas ações iam ao encontro da instrução voltada ao colono/operário. Foi o que nos possibilitou perceber as tensões e conflitos ancorados em dissonantes concepções do que era educar e do que significava ser professor.

Pontuamos que suas iniciativas educacionais, em Bragança, não se concretizaram, porém ao fundar a Liga Operária e liderar a distribuição do Boletim que ocasionou a greve, defendeu seus ideais e instruiu uma parcela da população – colonos e operários – sobre o que fazer para melhorassem as condições de vida e trabalho.

Nos periódicos locais, não encontramos menção à Escola Moderna ou racionalista defendida por Jubert, mas foi possível notar, nesta pesquisa, que tanto os professores do primeiro Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, bem como, os seus alunos tiveram seus nomes divulgados e suas iniciativas elogiadas pelos periódicos bragantinos e pela comunidade.

Não foi possível confirmar a formação de Jubert por falta de documentos, porém ele se declarou professor em momentos distintos. O fato de Jubert ser professor parece tê-lo distinguido dos demais, pois a elite letrada urbana tendia a reconhecer o atraso nacional como fruto do analfabetismo, sobretudo da população formada por mestiços, negros e pobres. Seu conhecimento foi que lhe possibilitou sair em defesa dos colonos denunciando os abusos dos fazendeiros, os desmandos dos membros da Justiça e, ainda, articular sua defesa nos processos movidos contra ele.

Tanto a leitura dos processos, quanto a leitura das notas publicadas nos periódicos de Bragança e outros, apresentam Joseph Jubert como uma pessoa que fugia ao estereótipo de professor, pois esteve à frente das greves, liderou o movimento operário, enfrentou fazendeiros e empresários desafiando as autoridades policiais. Era, em suma, o oposto do que desejam as elites letradas urbanas, liberais e positivistas formadoras de professores obedientes, civilizados, ilustres, beneméritos e distintos.

### Fontes

Almanach Bragantino (1914)  
Processo Crime (1911), Estatutos da Liga Operária (1910), Boletim (1911)  
Alvará de Licença-Crime para Queixa-Crime (1911)  
Translado dos Autos-Crimes por Injúrias Impressas (1911)  
Apelação (1911)  
Inquérito Policial (1911)

### Jornais

A NOTÍCIA. Bragança: A Notícia, 1905-1907.  
A LANTERNA (1910-1915). Biblioteca Nacional. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=366153&PagFis=0&Pesq=>>.  
Acesso em: 14 mar. 2015.  
A VOZ DO TRABALHADOR. Rio de Janeiro: A Voz do Trabalhador, 1908-1915  
CIDADE DE BRAGANÇA. Bragança: Cidade de Bragança, 1897, 1908-1910  
CORREIO PAULISTANO (1910-1915). Biblioteca Nacional. Disponível em:  
<<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

### Referências

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Reformas da Instrução Pública**. Eliane M. T. Lopes, Luciano M. de Faria Filho, Cynthia G. Veiga. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2. ed.

\_\_\_\_\_. A escola e a república e outros ensaios. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 13-66.

D'ANGELO, Márcia. **Caminhos para o advento da escola de aprendizes artífices de São Paulo (1910-1930)**: Um projeto das elites para uma sociedade assalariada. 2000. f 350. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FERRER Y GUARDIA, Francesc. **A escola moderna**. Trad. Ateneu Diego Giménez. Piracicaba: Ateneu, 2010. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/160969/Ferrer%20e%20Guardia%20a%20escola%20moderna.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1987.

HALL, Michael. Imigrantes. **Trabalhadores**, Campinas, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Greves e conflitos sociais no século XX. In: **Colóquio Internacional**, 1., 2011, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2011.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; RIGHI, Daniel; SANTOS, Luciana; CALSAVARA, Tatiana. Inventário de fontes das escolas dirigidas pelo educador anarquista João Penteadó (1912-1961): dimensão pedagógica e contribuição para a história da relação trabalho e educação no Brasil. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 117-142, jan./abril. 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletário industrial na primeira república. In: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira: sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina e trabalho. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 267-304.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na primeira república**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.